

ENTRE A DELIBERAÇÃO E A DIALÉTICA: DESDOBRAMENTOS DA BIOÉTICA CRÍTICA COMO ÉTICA APLICADA

Thiago Rocha da Cunha¹

orcid.org/0000-0002-6330-2714

RESUMO: A Bioética Crítica é uma abordagem teórica no campo da ética aplicada que objetiva auxiliar na investigação de processos pelos quais a racionalidade instrumental, moderna e colonial, expande o poder de complexos tecno-científicos sobre a saúde e a vida, gerando conflitos bioéticos que afetam injustamente grupos subalternizados. Inicialmente fundamentada na ética comunicativa de Habermas, a Bioética Crítica incorporou a Teoria Crítica das Relações Internacionais e os Estudos Decoloniais como referenciais analíticos. O artigo traça mudanças conceituais na Bioética Crítica, de prescrições orientadas ao consenso para um universalismo negativo que sustenta lutas biopolíticas contra hierarquias do sistema-mundo moderno/colonial. Em conclusão, sintetiza como a Bioética Crítica oferece ferramentas para revelar injustiças coloniais que impactam a saúde e a vida por meio de análises interdisciplinares, alinhando-se às buscas emancipatórias de grupos marginalizados.

PALAVRAS-CHAVE: Bioética. Ética Aplicada. Teoria Crítica. Colonialidade.

BETWEEN DELIBERATION AND DIALECTICS: DEVELOPMENTS OF CRITICAL BIOETHICS AS APPLIED ETHICS

ABSTRACT: Critical Bioethics is a theoretical approach in the field of applied ethics that aims to assist in investigating processes by which instrumental, modern and colonial rationality expands the power of techno-scientific complexes over health and life, generating bioethical conflicts that unfairly affect subalternized groups. Initially grounded on Habermas' communicative ethics, Critical Bioethics incorporated Critical International Relations Theory and Decolonial Studies as analytical frameworks. The paper traces conceptual shifts in Critical Bioethics from consensus-oriented prescriptions to negative universalism sustaining biopolitical struggles against hierarchies of the modern/colonial world-system. In conclusion, it summarizes how Critical Bioethics offers tools to reveal colonial injustices impacting health and life through interdisciplinary analyses, aligning with marginalized groups' emancipatory quests.

KEYWORDS: Bioethics. Applied Ethics. Critical Theory. Coloniality.

¹ Programa de Pós-graduação em Bioética. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail: rocha.thiago@pucpr.br

INTRODUÇÃO

Desde o período clássico da filosofia, parte da ética preocupa-se em estabelecer bases seguras para o discernimento de valores e condutas que possam ser defendidos como corretos, bons e justos, e que possam levar os seres humanos a encontrarem uma expressão verdadeira da felicidade. Especialmente em Aristóteles, a ética distancia-se de uma dimensão abstrata e puramente especulativa, expressando-se como necessariamente “aplicada”, na medida em que a ação eticamente virtuosa seria o resultado de condutas e práticas que são aprimoradas na vida cotidiana. De acordo com o filósofo: *“é por isso correto dizer-se que o justo se torna justo por realizar ações justas e o temperado se torna temperado por realizar ações temperadas”* (ARISTÓTELES, 2017, p. 86). Esse aspecto prático da ética filosófica assume inúmeras expressões e especificidades. No início da modernidade, por exemplo, Espinoza, em sua *Ética Demonstrada à Maneira dos Geômetras*, apresentou a ética como a liberdade que se expressa a partir do conhecimento de Deus/Natureza, por meio de uma correta investigação sobre as causas que determinam os afetos e as ações. Trata-se, portanto, de uma ética que não parte de ideais abstratos sobre o Bem ou o Mal, mas do entendimento das causas dos afetos experienciados na imanência dos bons e dos maus encontros vivenciados na relação com os outros. Nas palavras de Espinoza: *“o homem que se conduz pela razão é mais livre na sociedade civil, onde vive de acordo com as leis comuns, do que na solidão, onde obedece apenas a si mesmo”* (2009, p. 203).

Entre os chamados pós-modernos, a dimensão aplicada da ética torna-se ainda mais explícita na medida em que pensadores como Foucault, Deleuze e Derrida partem de uma crítica à tradição de universais morais, tal como havia sido consolidada em Platão ou Kant, e de uma rejeição a qualquer pretensão em se alcançar princípios transcendentais ou essenciais. Ao invés disso, esses autores enfatizam a imanência de categorias ético-políticas como jogos de poder, fluxos de desejo e *différance*. A partir de Espinoza, Deleuze e Guattari chegam a definir a ética como uma “*Etologia*”, uma vez que esta deveria se preocupar com as intensidades dos afetos que são mapeados concretamente nos corpos. É neste sentido prático da ética que se entende a célebre afirmação dos autores de que *“há mais diferenças entre um cavalo de corrida e um cavalo de lavoura do que entre um cavalo de lavoura e um boi”* (DELEUZE & GUATTARI, 1997 p. 43).

Dado este breve histórico, seria razoável questionar a pertinência e a necessidade de se delimitar, tal como ocorreu a partir de meados do século XX, um novo “ramo” da ética que enfatiza seus aspectos aplicados, como ocorre com a bioética, a ética ambiental, a ética empresarial, entre outras. Especificamente em relação à bioética, seria adequado questionar também a redundância em enfatizar sua ênfase na *bios*, uma vez que em todos os exemplos citados a “boa” vida, e suas “boas” relações, são aspectos fundamentais da produção filosófica. Com relação ao primeiro conceito, de acordo com Peter Singer, o surgimento da ética aplicada não responde a uma inovação conceitual, mas a um resgate de um aspecto prático da ética que estava sendo negligenciado por filósofos morais contemporâneos. Esse resgate se tornou ainda mais urgente à medida em que, a partir dos anos 1960, graves conflitos éticos surgiam em diferentes campos da vida social, incluindo a medicina, a economia, o meio ambiente e a política. Desse modo, o surgimento das éticas aplicadas respondia a uma necessidade de a filosofia voltar à reflexão moral sobre situações e problemas concretos e específicos (SINGER, 2023).

Com relação ao neologismo bioética, conforme destaca Schramm (2008), a palavra é formada a partir do grego *bios* e *ethiké*, sendo que a primeira, *bios*, apresenta desde Aristóteles um significado da vida prática, em contraposição a concepção da vida como *zoé*, puramente orgânica. Já *ethiké*, no sentido filosófico, pode ser compreendida como uma “tematização” do *ethos* que, por sua vez, está situado próximo ao significado do que o latim definiu como *mores*, moral. É nesse sentido amplo de *bios* e de *ethiké* que o neologismo bioética foi proposto por Van Rensselaer Potter (1971) como “uma ciência da sobrevivência, uma forma de saber que deveria ser também uma sabedoria, capaz de assegurar a preservação da biosfera” (SCHRAMM, 2008, p. 19). No entanto, o que se desenvolveu como as principais abordagens teóricas da bioética nos anos 1970 foi uma visão bastante restrita de *bios*, estando muito mais próxima da vida biológica, especialmente na chamada corrente “principlista”.

Esta corrente pretendeu reduzir o campo da bioética à análise de conflitos morais envolvendo relações entre médicos pacientes ou pesquisadores e participantes de pesquisas a partir dos princípios éticos pré-determinados da autonomia, da beneficência, da não-maleficência e da justiça (BEAUCHAMP & CHILDRESS, 2013). Tal restrição da bioética foi amplamente criticada, entre outros motivos, pela sua fácil instrumentalização para fins de legitimação de interesses do biopoder, especificamente dos poderes biomédicos e da indústria

farmacêutica no campo das pesquisas clínicas (MCGRATH, 1998; GARRAFA; MARTORELL & FLOR DO NASCIMENTO, 2016).

Este trabalho pretende problematizar a bioética como ética aplicada a partir de referenciais da Bioética Crítica, uma elaboração teórica e metodológica latino-americana cujos delineamentos iniciais foram propostos por LORENZO (2012) e, posteriormente, desenvolvidos e aprofundados pelo autor ao lado de Cunha (CUNHA, 2014; CUNHA & LORENZO, 2014).

Ao situar-se em uma dimensão descritiva da ética aplicada, a Bioética Crítica busca identificar condições objetivas e subjetivas para o enfrentamento dos processos históricos que reproduzem exclusão, exploração e hierarquização da vida em contextos da reprodução social e biológica da vida. Já em um sentido prescritivo, busca indicar condições objetivas e subjetivas para constituição de outras formas de relações sociais não-excludentes e não-exploratórias a partir da problematização dos conflitos éticos que ameaçam a vida em suas mais diversas expressões. O escopo da Bioética Crítica está mais próximo da abordagem inicial de Van R. Potter, também preocupada com a dimensão coletiva e global da vida, propondo uma relação dialética entre as dimensões instrumentais do biopoder e as possibilidades emancipatórias da biopolítica, e tem sido utilizada na análise de inúmeros problemas concretos e aplicados da área (ANDRAOS & LORENZO, 2013; ALMEIDA & LORENZO, 2016; SALES, 2016; SAYAGO & LORENZO, 2020; IZAGUIRRE, 2021; CUNHA, 2023).

Este trabalho tem por objetivo, portanto, aprofundar algumas reflexões da Bioética Crítica a partir de uma análise sobre dimensões deliberativas e dialéticas de sua fundamentação, enfatizando potenciais e limitações das diversas influências interdisciplinares que a compõe.

1 – BIOÉTICA COMO EXPRESSÃO HETEROGÊNEA DA ÉTICA APLICADA

No final dos anos 1990, pesquisadores descobriram um texto de 1927, publicado por um até então desconhecido pastor protestante da Alemanha, Fritz Jahr, em que a palavra Bioética era apresentada como uma forma de ampliar a noção de dignidade kantiana para incluir animais e plantas (SASS, 2009). No entanto, talvez pelas condições históricas da Alemanha naquele momento, essa proposição não teve seguimento por Jahr ou por qualquer outro autor,

de modo que, objetivamente, a gênese da Bioética, tal como a conhecemos, ocorre apenas nos Estados Unidos da América na década de 1970.

Esse surgimento ocorreu quase de modo simultâneo em dois movimentos acadêmicos muito distintos. Por um lado, o bioquímico da Universidade de Wisconsin Van Rensselaer Potter cunhou o termo “bioética” em 1970 para expressar a necessidade de aproximação interdisciplinar entre ciências biomédicas e humanidades, defendendo uma abordagem ética de problemas que ameaçam a sobrevivência humana, incluindo temas como poluição e contaminações ambientais, sedentarismo humano, controle da fertilidade, uso desenfreado de recursos naturais, entre outros. Para tanto, o autor utilizou saberes de campos muito distintos entre si, incluindo Filosofia, Teologia, Biologia, Ecologia, entre outros (POTTER, 1988, 1971, 1970).

Paralelamente, no mesmo ano, sem conhecimento da proposta de Potter, o obstetra André Hellegers da Universidade de Georgetown utilizou o mesmo termo bioética para nomear um instituto de pesquisa sobre questões éticas relacionadas à reprodução humana (JONSEN, 2003). A partir deste instituto, desenvolveu-se a bioética baseada nos quatro princípios propostos em 1979 por Beauchamp e Childress, que também utilizaram campos de saberes muito heterogêneos. Mesmo ao abordarem o campo da Filosofia, utilizaram referenciais muito distintos, como a deontologia, o utilitarismo e o intuicionismo (BEAUCHAMP & CHILDRESS, 2013).

A heterogeneidade encontrada na gênese da bioética revela uma característica do campo que pode ser compreendida como uma fragilidade e como uma potencialidade. Fragilidade porque não permitiu ao campo desenvolver-se como um sistema coeso e coerente de teorias e métodos para identificação, análise e resolução de conflitos éticos. Potencialidade porque permitiu a adaptação e a criação de diferentes abordagens teóricas voltadas a inúmeros conflitos éticos que envolvem a saúde e a vida em suas mais amplas e distintas concepções.

A respeito desta heterogeneidade, Araújo e Lima (2019) analisam, por exemplo, como o pensamento de Hans Jonas, em seu livro *Ética da Responsabilidade*, de 1979, marcou os períodos iniciais da bioética graças a força da abordagem crítica do autor quanto à influência da técnica no surgimento de novos conflitos éticos. Peter Singer, em sua obra *Ética Prática*, de 1979, aplicou abordagens utilitaristas aos conflitos relacionados à ética animal, criticando o especismo e defendendo a igualdade de interesses entre humanos e animais não-humanos

(SINGER, 1986). Já Tristram Engelhardt Jr., em *Fundamentos da Bioética*, de 1986, defendeu uma bioética libertária, sem consenso sobre uma moral única, enfatizando o princípio da permissão em temas como vendas de órgãos, aborto e eutanásia (ENGELHARDT, 1996).

Na América Latina, surgiram a partir dos anos 1990 abordagens teóricas voltadas a uma perspectiva autóctone sobre a bioética. Fátima de Oliveira, por exemplo, apresentou em 1995 uma proposta de uma Bioética Feminista e Antirracista, marcada por uma leitura crítica da relação entre ciência, ideologia, gênero, racismo e bioética (OLIVEIRA, 1995a, 1995b).

No ano seguinte, Fermin Roland Schramm (1996) apresentou uma proposta teórica estabelecida na interface interdisciplinar entre filosofia, ética e saúde pública, o que o levou nos anos seguintes, junto a outros autores, ao desenvolvimento da chamada Bioética de Proteção que tem como foco identificar conflitos éticos que ameaçam populações vulnerabilizadas.

No mesmo período, Volnei Garrafa (1995) iniciou suas articulações teóricas para o que posteriormente, também com a colaboração de outros autores, viria ser denominada como Bioética de Intervenção, uma aplicação da bioética a problemas que acometem as populações dos países periféricos e que tem como premissa uma leitura geopolítica sobre a determinação de macro-problemas éticos, como desigualdades no acesso à saúde e exploração em pesquisas clínicas (GARRAFA & PORTO, 2003).

Em 2005, com a publicação da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos pela UNESCO, retornou à agenda uma perspectiva bioética voltada a temas ambientais e globais, mais próxima à matriz potteriana, ao mesmo tempo em que se incluiu dimensões sociais das expressões latino-americanas da bioética.

Desde então, diversas abordagens locais têm sido propostas a partir de diferentes referenciais teóricos e metodológicos, incluindo a Bioética Pública (KOTTOW, 2011), a Bioética Narrativa (MANCHOLA-CASTILLO, 2014), a Bioética Negativa (CABRERA, 2020), além da própria Bioética Crítica, apresentada a seguir.

2 – AS PROPOSIÇÕES INICIAIS DA BIOÉTICA CRÍTICA

A proposta inicial da Bioética Crítica, tal como indicada por Cláudio Lorenzo (2012), aponta para a necessidade de situar os conflitos bioéticos como resultantes de uma operação da

racionalidade instrumental pela ciência, pela tecnologia e pelas próprias vertentes hegemônicas da bioética. O objetivo seria aportar à bioética, por meio das contribuições da Teoria Crítica de Frankfurt, uma base conceitual que permita compreender de modo mais aprofundado as relações de poder que são subjacentes aos conflitos éticos em saúde e que, muitas vezes, são ocultadas por meio de abordagens teóricas que se propõem como politicamente neutras, especificamente o principialismo.

Neste momento inicial, Lorenzo (2012) distinguiu a Bioética Crítica de outras vertentes que também adotam o qualificativo “crítica” no campo da bioética. Ele destacou que diversas correntes bioéticas latino-americanas desenvolveram posicionamentos críticos em relação às ideologias de dominação e da negação do outro em contextos de assimetrias de poder. Essas seriam abordagens adjetivas de “bioética críticas”. No entanto, a especificidade da Bioética Crítica, enquanto uma abordagem “substantiva” – e por isso apresentada em caixa-alta – estaria marcada pela incorporação dos pressupostos específicos da Teoria Crítica oriunda do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt.

De acordo com Lorenzo, a Bioética Crítica poderia incorporar o instrumental analítico e prescritivo da Teoria Crítica a partir de duas dimensões da ética aplicada: a dimensão analítica e a dimensão prescritiva. Na dimensão analítica, as ferramentas conceituais da Teoria Crítica permitiriam desvelar como a racionalidade instrumental serve para expandir o poder do complexo científico-tecnológico-industrial, em detrimento da saúde e da vida dos grupos mais vulneráveis. Já na esfera prescritiva, visando a emancipação frente às estruturas de dominação, Lorenzo encontrava em Habermas um importante aliado teórico, com sua ética do discurso e as ênfases nas deliberações consensuais

Na *Teoria do Agir Comunicativo*, Habermas aposta nas possibilidades de superação da racionalidade instrumental através da deliberação pública em espaços institucionalizados. O autor propõe a criação de esferas dialógicas no âmbito público onde os envolvidos em uma situação concreta possam argumentar racionalmente, atendendo a exigências de reconhecimento recíproco e visando consensos. Assim, por meio de razão comunicativa, as decisões legítimas seriam aceitas por todos, sem coerção, seguindo o princípio da universalização (HABERMAS, 2012).

Lorenzo destaca que a proposta de Habermas se apresenta como uma saída ao impasse entre o universalismo kantiano e o relativismo moral, viabilizando escolhas ético-políticas mais

adequadas para contextos democráticos pluralistas. Ao institucionalizar canais comunicativos contra a racionalidade instrumental, criar-se-iam possibilidades de emancipação dentro dos marcos da própria racionalidade moderna, e, do ponto de vista institucional, dentro das estruturas dos Estados democráticos modernos. No campo da bioética, essa abordagem seria adequada para orientar processos deliberativos de tomada de decisão, como aqueles envolvidos em comitês de ética em pesquisa.

Naquele momento inicial, Lorenzo (2012) já apontava para certas limitações da Teoria Crítica denunciadas pelos dos Estudos Decoloniais quanto à insuficiente problematização pelas teorias de origem euro-estadunidenses em relação às estratégias de dominação da vida que são baseadas em hierarquias coloniais que persistem na forma de colonialidades. Por isso, em 2014, sob orientação de Lorenzo, Thiago Cunha buscou fundamentar a Bioética Crítica a partir de uma abordagem metodológica dialética, tendo como base uma contraposição entre Teoria Crítica e Estudos Decoloniais e enfatizando um olhar sobre as diferentes hierarquias presentes nos conflitos éticos que se mantêm na atuação de um biopoder cada vez mais engendrado em relações macro e micropolíticas (CUNHA, 2014).

Esta operação, no entanto, requereu a superação do aspecto prescritivo da Bioética Crítica baseada na Teoria do Agir Comunicativo de Habermas. Os motivos para isso, bem como as alternativas encontradas pelo autor, são resumidos a seguir.

3 – LIMITES DA FUNDAMENTAÇÃO HABERMASIANA DA BIOÉTICA CRÍTICA

A articulação entre a ética do discurso de Habermas e os Estudos Decoloniais encontrou uma dificuldade importante na medida em que estes dois referenciais se relacionam de modo incompatível com um aspecto determinante da Bioética Crítica, a saber, o papel da Modernidade na criação, manutenção e aprofundamento dos conflitos bioéticos coletivos, especialmente daqueles que ameaçam a sobrevivência da vida planetária.

Isto porque, por um lado, para Habermas (2003), a racionalidade desenvolvida na Modernidade encerraria simultaneamente as possibilidades de dominação e as possibilidades de emancipação humana. Já para Estudos Decoloniais, tal como desenvolvido em autores como Dussel (2005) e Mignolo (2005), a modernidade foi intrinsecamente constituída como um sistema-mundo desenvolvido a partir de diversas hierarquias raciais, políticas, econômicas,

linguísticas e espirituais, e sobre as quais não seria possível construir qualquer forma de emancipação.

Não por acaso, em conferência em Frankfurt sobre os 500 anos do “descobrimento” das américas, Dussel advogou pela “superação” da Modernidade como única forma de superar a exploração sistêmica moderno/colonial. Compartilhando esse entendimento, Cunha (2014) buscou para a Bioética Crítica referenciais que não estariam comprometidos com os marcos epistêmicos e institucionais da “Modernidade”, e menos ainda com sua “conclusão”, conforme almejado por Habermas.

Outra razão para buscar referenciais alternativos à Teoria do Agir Comunicativo na fundamentação da Bioética Crítica esteve relacionada à posição de Habermas sobre o papel do Estado no processo emancipatório. Habermas advoga que, no contexto contemporâneo, a verdadeira emancipação social só poderia ocorrer no âmbito de Estados democráticos de direito, com suas estruturas constitucionais e seus procedimentos formais.

Todavia, como destacam autores do campo decolonial, como Dussel (2005) e Grosfoguel (2008), os Estados modernos, mesmo os que se apresentam como democráticos, são estruturalmente coloniais, uma vez que se baseiam em uma “razão de estado” que reproduz as lógicas hierárquicas da racionalidade moderna. Além disso, o paradigma estatal da deliberação estatal habermasiana não permite observar que os conflitos bioéticos estão inseridos em contextos políticos muito mais amplos e que revelam uma dinâmica de poder global assimétrica onde os Estados com históricos de colonização permanecem subalternizados pelos interesses dos Estados que ainda usufruem da “vantagem comparativa” dada pela colonização. Assim, em Cunha (2014) e em Cunha & Lorenzo (2014), a Bioética Crítica passa a incorporar as formulações de Robert Cox, autor que aplicou a Teoria Crítica no âmbito das Relações Internacionais, adotando referenciais analíticos que ultrapassam a dimensão intraestatal, sem abandonar completamente a Teoria Crítica (COX & SCHECHTER, 2002).

Além disso, retomou uma perspectiva dialética da Teoria Crítica, marcando a necessidade de compreender a conformação e a superação dos conflitos bioéticos – como a exploração de sujeitos de pesquisas ou a vulnerabilização de pacientes – por meio de sua inserção histórica e material nas relações de lutas de classes nas sociedades capitalistas (MARX, 2013).

4 – CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA CRÍTICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA BIOÉTICA CRÍTICA

Em relação à estrutura política global, Cox elucida que os Estados, inclusive os tidos como democráticos, estão configurados por grupos da sociedade civil que detêm simultaneamente as estruturas para manutenção de uma determinada ordem que expressa os interesses desses mesmos grupos. Com o aprofundamento da globalização nas últimas décadas, houve ainda uma certa autonomia das corporações financeiras, ocasionando um processo de “internacionalização dos Estados”, enfraquecendo ainda mais as propostas habermasianas de soluções focadas nos âmbitos estatais (COX, 1987).

De acordo com Cox (2002), a política econômica contemporânea caracteriza-se pela submissão da maioria dos Estados ao figurino e aos desígnios definidos por uma “Grande Nebulosa” formada por corporações, lobbies, confrarias secretas, grupos religiosos, facções criminosas e outros grupos privados que, no bojo de uma ordem mundial arbitrária, estabelecem os limites de atuação dos próprios Estados-nação.

Dialeticamente, isso implica que, para além da esfera estatal-nacional, somente a articulação de uma “Contra Nebulosa” global poderia viabilizar alguma forma de enfrentamento das estruturas que perpetuam a dominação e exploração dos povos e grupos precarizados e excluídos. Ou seja, na Teoria Crítica de Cox, a emancipação dos grupos marginalizados no atual sistema global passaria, forçosamente, pela emancipação tanto dos Estados quanto da ordem internacional que os vincula. Assim, Cox revela que as possibilidades emancipatórias requerem superar a deliberação intraestatal, exigindo a construção de alianças contra-hegemônicas em escala planetária por meio da configuração de uma “nova ontologia” baseada em um pluralismo civilizacional.

Com essas leituras, na dimensão prescritiva da ética aplicada, e tendo como foco os conflitos bioéticos coletivos, a Bioética Crítica passa a propor soluções a partir do fortalecimento de alianças contra-hegemônicas frente os processos políticos e econômicos que perpetuam os macro-conflitos bioéticos, incluindo desde a geração de desigualdades no acesso à saúde à destruição ambiental. Essas alianças, seguindo a ideia de Contra Nebulosa de Cox, devem ser necessariamente encabeçadas por sujeitos e grupos que são excluídos ou precarizados pela Grande Nebulosa (CUNHA, 2014, CUNHA & LORENZO, 2014).

Todavia, conforme anteriormente indicado, a leitura de Cox, embora mais adequada à Bioética Crítica do que as propostas de Habermas, ainda apresenta limitações quando olhada a partir da perspectiva dos Estudos Decoloniais, uma vez que seus olhares sobre as hierarquias mundiais ainda se concentram em uma esfera circunscrita às questões econômicas.

5 – LIMITES DA TEORIA CRÍTICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA BIOÉTICA CRÍTICA

No olhar decolonial, a hierarquia econômica é apenas mais um entre outras hierarquias que se relacionam com inúmeros conflitos de natureza ético-política. Conforme destaca Grosfoguel, em sua leitura crítica de autores como Dussel e Mignolo, tanto a noção de Estado quanto a de globalização apenas mascaram um sistema “*político-militar de estados dominantes e subordinados [...] correspondentes à hierarquia da divisão internacional do trabalho, em sua maioria organizados ao redor da ficção do Estado-nação*” (GROSFOGUEL, 2012 p. 342).

Grosfoguel problematiza que a estruturação da modernidade forjou a imagem de uma suposta razão objetiva e universal que ocultou “aquele que fala” (europeu, branco, cristão, homem) e “aqueles que não falam” (não europeu, não cristão, mulher), criando uma hierarquia epistêmica étnico-racial/social/sexual/religiosa que se mantém até os dias atuais.

Assim, a partir do pensamento decolonial de Grosfoguel (2008; 2012), a Bioética Crítica destaca a importância de se considerar, na determinação dos conflitos bioéticos relacionados à saúde, a articulação com outros saberes de fronteira como uma resposta “transmoderna” aos conflitos determinados pela racionalidade moderna, instrumental e colonial.

De acordo com Grosfoguel, a transmodernidade não significa simplesmente negar a racionalidade e os saberes eurocêntricos, mas construir intencionalmente um novo universo de significação, integrando-os a partir dos imaginários dos grupos que mais sofrem com os macroproblemas sociais, respeitando suas particularidades e valorizando suas culturas, seus problemas e seus anseios em comum.

A aposta é que a esta articulação, somada a inúmeras outras formas de resistências epistêmicas interdisciplinares, possam se radicalizar noções libertárias que emergiram mesmo no paradigma eurocêntrico, como liberdade e igualdade social, conectando-as a uma

democratização profunda das hierarquias políticas, epistêmicas, de gênero, sexuais, espirituais e econômicas em nível global.

Ainda de acordo com Gosfoguel (2008), como base valorativa para ações comuns, os movimentos transmodernos podem se sustentar em “universais concretos descoloniais” constituídos por diversos projetos ético-epistêmicos que se contraponham ao universal abstrato colonial moderno. Nesse sentido, o universalismo das tradições éticas eurocêtricas – sustentado em conceitos abstratos e idealizados, como Bem, Autonomia ou Dignidade – é suplantando por uma forma negativa de universalidade que se expressa concretamente a partir do sofrimento e da dor que afetam povos e regiões a partir de uma causa universal comum: a própria colonialidade.

A articulação de saberes de fronteira a partir de uma universalidade ética negativa dialoga com a perspectiva da “Contra Nebulosa” da Teoria Crítica de Cox, que aponta para os movimentos “de baixo para cima” como horizonte de constituição de uma nova “ontologia intercivilizacional” comprometida com a superação das hierarquias impostas pela Grande Nebulosa. Também considera o alerta de Marcuse, que já havia renunciado como a racionalidade científico-tecnológica transforma o potencial de contradição das relações sociais de produção capitalista em simbiose, o que impossibilita a liderança de um movimento revolucionário apenas pelo proletariado (MARCUSE, 2004).

Assim, na aproximação dos Estudos Decoloniais com estas abordagens da Teoria Crítica, a emancipação social – que é condição *sine qua non* para a superação dos macro-conflitos bioéticos – deve ser protagonizada por grupos que estão simultaneamente *fora* do sistema capitalista e *atravessados* pelo sistema mundo moderno-coloniais, como as mulheres negras, os povos ribeirinhos, os indígenas, os párias urbanos, os explorados e perseguidos, desempregados e os não-empregáveis, etc.

Sob referencial da Bioética Crítica, há pelo menos duas grandes expressões desta universalidade ética negativa que podem ser levadas em consideração nas análises de conflitos éticos aplicados: a primeira é a compreensão, expressada desde a bioética original de Potter, de que todos os seres vivos compartilham um único planeta finito e interdependente, cuja sobrevivência está ameaçada pelas ações humanas decorrentes do capitalismo e do desenvolvimentismo. A segunda é o entendimento, enfatizado por Flor do Nascimento (2010) em sua elaboração do conceito de “colonialidade da vida”, de que as hierarquias objetivas e

subjetivas impostas pelo sistema-mundo moderno-colonial afetam a vida e a saúde de indivíduos e grupos em todo o globo a partir de uma causa comum – o próprio sistema-mundo moderno colonial – mas cujas repercussões são distintas, dependendo de sua proximidade ou distanciamento em relação aos padrões coloniais.

Isto implica que a superação das causas mais profundas dos conflitos bioéticos que ameaçam a vida planetária não ocorrerá por meio de produções intelectuais universitárias, como a própria Bioética Crítica, mas pela superação biopolítica de toda uma ontologia hegemônica baseada na racionalidade científico-tecnológica, moderna e colonial liderada por aqueles que estão *fora e/ou atravessados* pelas hierarquias coloniais.

No máximo, as expressões acadêmicas das éticas aplicadas poderão posicionar-se como aliadas na difícil tarefa de tomada de consciência ética global. Consciência esta que, no melhor dos casos, poderia ser desencadeada por uma improvável epifania moral deliberativa, mas que, possivelmente, só poderá ocorrer dialeticamente por meio de uma “sinergia catastrófica” (SCHRAMM & BRAZ, 2008) sustentada em universalismo ético negativo que se apresenta cada vez mais incontornável frente à iminência dos colapsos socioambientais planetários (MARQUES, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A BIOÉTICA CRÍTICA FRENTE AOS CONFLITOS ÉTICOS DO PORVIR

A Bioética Crítica é mais uma entre tantas propostas de articulação teórica no campo da bioética e, que indica como sua especificidade, uma base autocrítica ao próprio campo, permitindo verificar como os discursos (bio)éticos podem ser instrumentalmente utilizados para ocultar ou legitimar problemas que afetam a saúde e a vida de sujeitos e grupos subalternizados nas diferentes hierarquias globais.

Longe de se apresentar um sistema ético fechado, acabado e homogêneo, a Bioética Crítica define-se como uma base interdisciplinar de interlocução entre referenciais distintos – em alguns momentos conflitantes entre si – que busca enfatizar um potencial politicamente emancipatório da ética aplicada, colocando-a a serviço dos grupos historicamente marginalizados nos contextos coloniais, marcados por exclusões e hierarquizações de classe, étnico-raciais e epistêmicas.

Neste sentido, o propósito deste trabalho foi situar a Bioética Crítica no campo da ética aplicada, enfatizando seu processo de produção a partir de contradições entre uma fundamentação mais próxima a ética deliberativa, focada em Habermas, e uma abordagem biopolítica e dialética, focada nas aproximações e divergências entre referenciais da Teoria Crítica e dos Estudos Decoloniais.

A elaboração deste trabalho deixou evidente que – seguindo a heterogeneidade teórica e metodológica que constitui todo o campo da bioética – a Bioética Crítica segue aberta a uma autocrítica a si mesma, apontando a necessidade de revisar, ampliar e recompor seus pressupostos conceituais de acordo com as necessidades dos problemas concretos que aborda. Neste sentido, não foi possível e nem era o objetivo deste artigo apresentar todos os seus aspectos teóricos e metodológicos, cujos desdobramentos são explorados em outros trabalhos de natureza teórica e conceitual (CUNHA, 2023; CUNHA; LORENZO, 2014; LORENZO, 2012; LORENZO; NEVES, 2023).

Além disso, exemplos de aplicações da Bioética Crítica podem ser visualizadas na análise de problemas bioéticos muito heterogêneos, como os conflitos da internação domiciliar de idosos por operadoras privadas de saúde (ANDRAOS; LORENZO, 2013), problemas relacionados à violência de gênero contra indígenas (SALES, 2016), contradições entre discursos e práticas no campo da bioética global (CUNHA, 2014) e no campo da saúde global (CUNHA; LORENZO, 2014), conflitos relacionados à cooperação internacional Sul-Sul em saúde (ALMEIDA; LORENZO, 2016), problemas geopolíticos relacionados à distribuição internacional de suprimentos para hemofilia (SAYAGO; LORENZO, 2020), além de problemas bioéticos que emergiram no contexto da Pandemia de Covid-19 (IZAGUIRRE, 2021).

Recentemente, visando atualizar a Bioética Crítica frente à emergência do colapso climático e ambiental, Cunha (2023) propôs a abertura do diálogo com os estudos interdisciplinares sobre o Antropoceno e a Ecologia Integral, buscando experimentar outras formas de considerar a dimensão da vida planetária em paradigmas ontológicos heterogêneos, como a “Queda do Céu”, por Davi Kopenawa (2014), ou da “Casa Comum”, apresentado por Papa Francisco (2015).

O chamado para esta atualização visa a permitir à Bioética Crítica uma melhor compreensão de conflito éticos aplicados e urgentes, como aqueles relacionados aos danos à

saúde e ao meio ambiente advindos do extrativismo do agronegócio ou da mineração, as práticas discursivas de *greenwashing* por corporações poluidoras, as migrações forçadas devido às mudanças climáticas, o racismo ambiental, entre outros.

Em síntese, este trabalho permitiu concluir que Bioética Crítica oferece ferramentas que podem ser pertinentes para investigações interdisciplinares no campo da ética aplicada, especialmente na análise de conflitos bioéticos relacionados às injustiças coloniais que continuam a impactar a saúde, o bem-estar e a vida humana e não-humana por todo o mundo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Samira Santana; LORENZO, Cláudio. A Cooperação Sul-Sul em saúde, segundo organismos internacionais, sob a perspectiva da bioética crítica. *Saúde em Debate*, v. 40, n. 109, pp. 175–186, 2016.

ANDRAOS, Cláudio; LORENZO, Cláudio. Sistema suplementar de saúde e internação domiciliar de idosos na perspectiva da bioética crítica. *Revista Bioética*, v. 21, n. 3, pp. 525–535, 2013.

ARAÚJO, Talles Azevedo; LIMA, Delles Duarte. O Princípio Responsabilidade de Hans Jonas e a Teleologia Objetiva dos Valores. *Revista Instante*, v. 2, n. 1, pp. 7–22, 2019.

ARISTÓTELES. *Ética à Nicômaco*. Trad.: António de Castro Caiero. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2017. p. 86

BEAUCHAMP, Tom; CHILDRESS, James. *Principles of Biomedical Ethics*. 7. ed., New York: Oxford University Press, 2013.

CABRERA, Júlio. Bioética Negativa: Acerca del deficit existencial de la bioética (La Bioética entre Heidegger y Schopenhauer). In: CABRERA, Júlio. (org.). *Ética negativa / Negative ethics*, 2020.

COX, Robert. *Production, power, and world order: social forces in the making of history*. New York: Columbia University Press, 1987.

COX, Robert; SCHECHTER, Michael. *The Political Economy of a Plural World: Critical Reflections on Power, Morals and Civilization*. London: Routledge, 2002.

CUNHA, Thiago Rocha. *Bioética crítica, Saúde Global e a Agenda do Desenvolvimento*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 2014.

CUNHA, Thiago Rocha Da. Bioética crítica: bases teóricas y metodológicas para luchas biopolíticas. In: SARIEGO, José Ramón Acosta (org.). *Bioética y Biopolítica*. La Habana: ACUARIO, 2023. pp. 129–143.

CUNHA, Thiago Rocha; LORENZO, Cunha. Bioética global na perspectiva da bioética crítica. *Revista Bioética*, v. 22, n. 1, pp.16–25, 2014.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol 4. Trad.: Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 1997.

DUSSEL, Henrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. pp. 24-32.

ENGELHARDT, Tristram. *The Foundations of Bioethics*. 2. ed., New York: Oxford University Press, 1996.

FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson. A modernidade vista desde o Sul: perspectivas a partir das investigações acerca da colonialidade. *Padê: Estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos*, v. 2, n. 1, pp.1-19, 2010.

GARRAFA, Volnei. *Dimensão da ética em saúde pública*. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública USP/Kellogg Foundation, 1995.

GARRAFA, Volnei; MARTORELL, Leandro Brambilla; FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson. Críticas ao principlialismo em bioética: Perspectivas desde o norte e desde o sul. *Saúde e Sociedade*, v. 25, n. 2, pp. 442–451, 2016.

GARRAFA, Volnei; PORTO, Dora. Intervention Bioethics: a proposal for peripheral countries in a context of power and injustice. *Bioethics*, v. 17, n. 5–6, pp. 399–416, 2003.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, pp. 115–147, 2008.

GROSFUGUEL, Ramón. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. *Contemporânea*, v. 2, n. 2, pp. 337–262, 2012.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. São Paulo: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria do Agir Comunicativo*. v. 1. Racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

IZAGUIRRE, Manuel. La pandemia COVID-19 y la salud global desde la perspectiva de la bioética crítica. *Anales de la Facultad de Medicina*, v. 81, n. 4, pp. 453–457, 2021.

JONSEN, Albert. *The Birth of Bioethics*. New York: Oxford University Press, 2003.

KOPENAWA, Davi; BRUCE, Albert. *A Queda do Céu – Palavras de um Xamã Yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

KOTTOW, Miguel. Bioética pública: una propuesta. *Revista Bioética*, v. 19, n. 1, pp. 61–76, 2011.

LORENZO, Cláudio. Teoria crítica e bioética: um exercício de fundamentação. In: PORTO, Dora; GARRAFA, Volnei; MARTINS, Gerson Zafalon; BARBOSA, Swedenberger (org.). *Bioéticas, poderes e injustiças: 10 anos depois*. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 2012. pp. 173–189.

LORENZO, Cláudio; NEVES, Fabrício. Bioethics and sociology: the place of social studies of science and technology. *Interface: Communication, Health, Education*, v. 27, pp. 1–16, 2023.

MANCHOLA-CASTILLO, Camilo. Por una bioética distinta: narrativa y latinoamericana. *Revista Redbioética*, v. 5, n. 2, pp. 70- 80, 2014.

MARCUSE, Herbert. *Razão e Revolução: Hegel e o advento da teoria social*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MARQUES, Luis. *O Decênio Decisivo*. São Paulo: Elefante, 2023. 617 p.

MARX, Karl. *O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MCGRATH, Pam. Autonomy, Discourse, and Power: A Postmodern Reflection on Principlism and Bioethics. *The Journal of Medicine and Philosophy*, v. 23, n. 5, pp. 516–532, 1998.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, pp. 33–49.

OLIVEIRA, Fátima. Feminismo, luta anti-racista e bioética. *Cadernos Pagu*, n. 5, pp. 73–107, 1995a.

OLIVEIRA, Fátima. Por uma Bioética Não- Sexista Anti-Racista e Libertaria. *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, pp. 331–347, 1995b.

PAPA FRANCISCO. *Carta Encíclica Laudato Si: sobre o cuidado da casa comum*. São Paulo: Paulinas, 2015.

POTTER, Van Rensselaer. *Bioethics, the science of survival. Perspectives in biology and medicine*, n. 14, pp. 127- 153, 1970.

POTTER, Van Rensselaer. *Bioethics. Bridge to the future*. Englewood Cliffs: Prentice hall, 1971.

POTTER, Van Rensselaer. *Global bioethics: building on the Leopold Legacy*. East Lansing: Michigan State University Press, 1988.

SALES, Jannayna Martins. *Bioética e violência de gênero nos povos indígenas: diagnóstico de uma negligência*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 2016.

SASS, Hans-Martin. European roots of bioethics: Fritz Jahr’s 1927 definition and vision of bioethics. In: COVIC, Ante; GOSIC, Nada; TOMASEVIC, Luka. (org.). *From new Medical Ethics to integrative Bioethics*. Pargamena: Zabreb, 2009.

SAYAGO, Mariana; LORENZO, Cláudio. Global and national access to the treatment of hemophilia: Reflections from critical bioethics on health exclusion. *Interface: Communication, Health, Education*, v. 24, pp. 1–15, 2020.

SCHRAMM, Fermin Roland. *Bioética – a terceira margem da Saúde*. Brasília: Editora UnB, 1996.

SCHRAMM, Fermin Roland. Bioética da Proteção: ferramenta válida para enfrentar problemas morais na era da globalização. *Revista Bioética*, v. 16, n. 1, pp. 11–23, 2008.

SCHRAMM, Fermin Roland; BRAZ, Marlene. Bioethics of protection: a proposal for the moral problems of developing countries? *J Int Bioethique*, v. 19, n. 1–2, pp. 73–86, 2008.

SINGER, Peter. *Applied ethics*. 2a ed. Oxford: Oxford University Press, 1986.

SINGER, Peter. *Applied ethics*. 2023. (Internet). Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/applied-ethics>. acesso em 14/09/2023>.

SPINOZA, Benedictus de. *Ética*. Trad.: Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

Informações complementares:

Recebido em: 01 de outubro de 2023

Aprovado em: 14 de outubro de 2023

Publicado em: 30 de outubro de 2023